

SEQÜÊNCIA

Publicação do
Programa de Pós-Graduação
em Direito da UFSC

VOLUME 45 ■ ANO 2024

Estudos
jurídicos
e políticos

SEQÜÊNCIA – ESTUDOS JURÍDICOS E POLÍTICOS é uma publicação temática e de periodicidade quadrimestral, editada pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

SEQÜÊNCIA – ESTUDOS JURÍDICOS E POLÍTICOS is a thematic publication, printed every four months, edited by the Program in law of the Federal University of Santa Catarina – UFSC.

Versão eletrônica: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia>

Editora-Chefe: Norma Sueli Padilha

Editor Associado: José Sérgio da Silva Cristóvam

Editores Adjuntos: Priscilla Camargo Santos, Thanderson Pereira de Sousa

A publicação é indexada nas seguintes bases de dados e diretórios/

The Publication is indexed in the following databases and directories:

Base OJS

Base PKP

CCN (Catálogo Coletivo Nacional)

Dialnet

DOAJ (Directory of Open Access Journals)

EBSCOhost

Genamics Journalseek

Google Scholar

ICAP (Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos)

Latindex

LivRe!

ÖAW

OJS

PKP

Portal de Periódicos UFSC

Portal do SEER

ProQuest

SciELO

Scopus/Elsevier

Sherpa/Romeo

Sumarios.org

ULRICH'S

vLex

Ficha catalográfica

Seqüência: Estudos jurídicos e políticos. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. n.1 (janeiro 1980)-.

Florianópolis: Fundação José Boiteux. 1980-.

Publicação contínua

Resumo em português e inglês

Versão impressa ISSN 0101-9562

Versão on-line ISSN 2177-7055

1. Ciência jurídica. 2. Teoria política. 3. Filosofia do direito. 4. Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Direito

CDU 34(05)

Catálogo na fonte por: João Oscar do Espírito Santo CRB 14/849

PUBLICAÇÃO		SEQÜÊNCIA	Publicação do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC	Estudos jurídicos e políticos
				Ano XLIII Volume 45

“Eco” nomia e “eco” logia: delineamentos de um novo paradigma ético a partir do conceito de “morada”¹

“Eco” nomic and “eco” logy: outlines of a new ethical paradigm based on the concept of “address”

Maria Claudia da Silva Antunes de Souza¹

Josemar Sidinei Soares¹

Andres Gimenez Molina²

¹Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Brasil.

² Universidade de Alicante, San Vicente del Raspeig/Alicante, Espanha.

Resumo: A Modernidade foi um período histórico de grande efervescência, marcado pela profunda ruptura com o mundo medieval e pela ascensão de novas formas de organização política e econômica, que alteraram não apenas a estrutura das instituições sociais, mas também as percepções do indivíduo acerca de si mesmo e as relações entre os indivíduos e a esfera pública. O presente artigo se

¹ O presente estudo está inserido nas pesquisas desenvolvidas através do projeto de pesquisa de cooperação internacional intitulado “Protagonismo e Desafios das Cidades Brasileiras sobre as Mitigações das Mudanças Climáticas: construção de estratégias de adaptação, governança e justiça ambiental – experiências Brasil, Moçambique, Colômbia e Espanha”, com fomento externo através da chamada pública 14.2023 – CNPQ – Brasil e, nas pesquisas desenvolvidas através do projeto de pesquisa de cooperação internacional intitulado “Aportes Tecnológicos das Smart Cities a Consolidação de Cidades Sustentáveis: técnicas e métodos para planejar a implantação no contexto brasileiro” com fomento externo através da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 – Faixa B – Grupos Consolidados, ambos coordenados pela Profª Drª Maria Claudia da Silva Antunes de Souza. Como também esta pesquisa está alinhada ao Programa de Pesquisa Internacional em conjunto PPCJ/UNIVALI- Brasil e Universidade de Alicante- Espanha.

destinou analisar a problemática do conceito de economia e ecologia, a partir da compreensão de morada, delineado por um novo paradigma ético. Objetivou-se o estudo da literatura especializada da raiz etimológica das palavras “economia” e “ecologia”. Como resultado, destacou-se sobre a ecologia se torna, no século XXI, um dever moral para os pensadores de todas as áreas, tanto no âmbito de seu próprio campo quando de forma interdisciplinar, investimento em projetos humanos que viabilizam em harmonia com o projeto Terra. Conclui-se que o pensamento econômico atual está voltado apenas à administração do “mundo artificial” criado pelo humano, não se preocupando com a sanidade e equilíbrio do mundo natural. O procedimento metodológico é bibliográfico e documental partindo-se da pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e indutiva.

Palavras-Chave: Economia. Ecologia. Ética. Morada.

Abstract: Modernity was a historical period of great effervescence, marked by a profound rupture with the medieval world and the rise of new forms of political and economic organization, which changed not only the structure of social institutions, but also the individual's perceptions of themselves. and the relationships between individuals and the public sphere. This article aimed to analyze the problem of the concept of economy and ecology, based on the understanding of address, outlined by a new ethical paradigm. The objective was to study the specialized literature of the etymological root of the words “economy” and “ecology”. As a result, it was highlighted that ecology becomes, in the 21st century, a moral duty for thinkers from all areas, both within their own field and in an interdisciplinary way, investment in human projects that make it possible in harmony with the project Earth. It is concluded that current economic thinking is only focused on managing the “artificial world” created by humans, not worrying about the health and balance of the natural world. The methodological procedure is bibliographic and documentary based on qualitative, exploratory, descriptive and inductive research.

Keywords: Economy. Ecology. Ethics. Dwelling.

INTRODUÇÃO

Entre os desafios que a humanidade enfrenta atualmente, a crise ecológica que assola o planeta é certamente um dos mais urgentes, tanto por sua abrangência quanto por sua gravidade. O desenvolvimento das sociedades, impulsionado por um avanço tecno-científico que ocorre em ritmo frenético e aumenta exponencialmente o impacto das ações humanas sobre o mundo natural, está provocando desequilíbrios

ambientais que ameaçam as condições necessárias para manutenção da vida na Terra, ao menos em sua forma atual.

Assim, em última instância, o que está em jogo é a própria subsistência da espécie humana, bem como de tantas outras que também sofrem e ainda sofrerão com as consequências dos processos destrutivos que ela está desencadeando (Kolbert, 2015)². Esse risco, porém, não foi identificado apenas recentemente. Pelo menos desde meados do século passado, especialmente a partir da realização da Conferência de Estocolmo em 1972, o problema vem sendo amplamente debatido internacionalmente, tanto no âmbito acadêmico-científico quanto no âmbito sociopolítico.

No contexto desses debates, é frequente a observação uma espécie de antagonismo entre as esferas da economia e da ecologia. Não sem motivo, como será apontado ao longo deste trabalho, o desenvolvimento econômico parece colidir frontalmente com a sustentabilidade ambiental. Esse fenômeno se torna particularmente intrigante quando se reflete acerca da raiz etimológica das palavras “economia” e “ecologia”: ambas derivam, primeiramente, do termo grego *oîkos* (οἶκος³) (Malhadas; Dezotti; Neves, 2006, p. 217), que pode ser traduzido como “casa”, “lar” ou “morada” em sentido amplo (Liddell e Scott, 1996, p. 2683-2684)⁴.

² Elizabeth Kolbert, em seu livro *“A sexta extinção: uma história não natural”* (2015), faz uma profunda análise a respeito de como a ação humana pode estar desencadeando um novo processo de extinção em massa no planeta.

³ “οἶκος, ou (ὁ) 1 sing. ou pl. casa; habitação; moradia 2 residência; sede 3 aposento; cômodo (quarto de dormir, sala de jantar) 4 alojamento; tenda; barraca 5 templo 6 túmulo 7 colméia de abelhas 8 jaula; gaiola 9 *Astron.* espaço; região de um planeta 10 bens da casa; patrimônio; herança 11 casa real; família ou estirpe real.” (Malhadas; Dezotti; Neves, 2006, p. 217)

⁴ Conjunto ou totalidade do espaço físico, objetos, bens, seres, pessoas e atividades que ocupam e se desenvolvem em um mesmo habitat. Conforme Liddell e Scott (1996, p. 2683-2684), “*house*, not only of *built houses*, but of *any dwelling-place*, as that of Achilles at Troy, [...] or the country, town, etc., where one lives or belongs II. *one's household goods*, *substance* [...] III. a reigning *house*”.

No caso da palavra “economia”, *oîkos* se une à *nómos* (νόμος⁵) (Malhadas; Dezotti; Neves, 2006, p. 202), que pode significar regras, leis ou costumes (Malhadas; Dezotti; Neves, 2006, p. 217)⁶. Na Grécia antiga, essa composição de palavras era usada para fazer alusão à administração dos bens e da vida doméstica de uma unidade familiar. Com o tempo, entretanto, seu significado se expandiu para o gerenciamento de associações maiores, tais como comunidades, cidades e nações. Assim, é possível afirmar que “economia”, por sua etimologia, se refere à administração de um espaço de habitação comum.

Já a palavra “ecologia” advém da combinação de *oîkos* e *logos* (λόγος⁷) (Malhadas; Dezotti; Neves, 2006, p. 128), que também possui múltiplos significados, tais como razão, conhecimento ou estudo. Enquanto ciência, a ecologia é definida como o estudo das relações entre os organismos e seu ambiente. De maneira mais geral, o termo pode ser entendido como a busca pela compreensão (através do estudo) da lógica que rege o espaço do qual o sujeito faz parte e onde sua vida se desenvolve (afinal, vale ressaltar novamente, *oîkos* designa a “morada” enquanto *unidade* composta por todas as suas partes em interação).

Independentemente das diferentes formas como essas palavras foram efetivamente utilizadas ao longo da história, a análise de sua etimologia é bastante simbólica. Afinal, não deveria haver contradições entre a compreensão da lógica de funcionamento do habitat

⁵ νόμος, ου (ό): 1 uso; costume; hábito; tradição [...] 2 costume com força de lei; regra de ação; lei [...] 3 maneira de agir; conduta 4 norma; prescrição; regra *de uma arte* 5 *Mús.* modo musical (*frígio, lídio, jônio, dórico, eólico*) 6 *Mús.* ária; canto; melodia.” (Malhadas; Dezotti; Neves, 2006, p. 202)

⁶ οικονομία, ας (ή) 1 condução da casa, da família; economia doméstica 2 administração; direção; governo (*dos negócios públicos*), *gen.* 3 *Ret.* distribuição; disposição (*do assunto*) 4 sistematização 5 *bíbl.* plano; desígnio

6 crist. prudência; discríção.” (Malhadas; Dezotti; Neves, 2006, p. 217)

⁷ “Ἀόγος, ου(ό) Enunciado 1 palavra; expressão; dito; discurso [...] 16 a faculdade de falar; a fala [...] 19 argumento; assunto; matéria 20 tema de conversa, de estudo ou de discussão [...] 29 faculdade de raciocinar; raciocínio; razão; inteligência 30 razão íntima de uma coisa; fundamento; lógica; motivo”. (Malhadas; Dezotti; Neves, 2006, p. 128)

– o que inclui os modos de interação entre ele e seus habitantes – e sua organização ético-normativa. Pelo contrário, quanto melhor ele é compreendido, mais eficientes os habitantes deveriam ser em sua administração.

Na introdução ao texto “Os Economicos”, atribuído à Aristóteles, Delfim Leão (2004, p. 11) afirma que, em sua origem grega, a economia nada mais é do que a administração da casa, “cuja condução deve obedecer a determinados princípios capazes de garantir a sua perenidade e bem-estar”. Dentro dessa perspectiva, a economia está inerentemente ligada à sustentabilidade do *oíkos*, já que se ocupa da organização das relações dentro desse espaço de forma a garantir sua saúde.

Diante dessa reflexão, se hoje a economia e a ecologia conflitam, é sinal de que há um ruído de entendimento a ser corrigido, pois idealmente ambas deveriam caminhar de mãos dadas. No presente trabalho, será sugerido que esse ruído está na delimitação implícita ou explícita que cada uma dessas esferas faz do que seria a “morada” humana. Para a ecologia, a casa do ser humano inclui fundamentalmente a natureza, visto que este é um organismo vivo que depende de certas condições naturais para sobreviver e bem viver. O paradigma econômico vigente, no entanto, não considera adequadamente o valor da natureza com relação à vida humana.

Assim, é possível dizer que o pensamento econômico atual está voltado apenas à administração do “mundo artificial” criado pelo humano, não se preocupando com a sanidade e equilíbrio do mundo natural. Visto que, como aponta Höhle (2019, p. 40), o sistema econômico é dominante e ocupa papel central na cultura contemporânea, é também ele que acaba por orientar de forma mais determinante a ação humana no mundo. Em outras palavras, a forma de conduta adotada atualmente, tanto em nível individual quanto social, é movida principalmente pelos valores ditados por um paradigma econômico extremamente limitado e perigoso.

Não surpreende, portanto, que a relação da humanidade com o meio ambiente tenha chegado a um estado tão crítico e insustentável:

seus critérios éticos atuais, subordinados ao capitalismo industrial, são incapazes de balizar uma relação saudável com o meio ambiente. Neste trabalho, será defendido que a superação da crise ambiental passa, necessariamente, por uma mudança de paradigma ético. A economia, se entendida em seu sentido fundamental e não por suas formas atuais, pode e deve ser amistosa para com o meio ambiente. Para isso, porém, ela precisa estar subordinada à uma concepção adequada do que é a "morada humana", concepção esta fornecida pela ecologia.

É preciso, portando, que os valores ecológicos – infinitamente mais abrangentes e apropriados para dar conta da complexa relação entre o humano e a natureza –, passem a direcionar o pensar e o agir humanos, inclusive e principalmente no âmbito da economia. Para melhor desenvolver essa reflexão, a pesquisa iniciará com a análise da gênese histórica do paradigma econômico atual. Será apontada, na primeira seção, sua vinculação com o pensamento moderno e, por conseguinte, com o modo como a relação humano-natureza foi concebida a partir da virada subjetivista das teorias do conhecimento feita pelos principais pensadores dessa época.

Depois, se tentará demonstrar os reflexos dessa visão na área da economia e como ela culminou nos desequilíbrios ecológicos que contemporaneamente ameaçam a espécie humana. Na terceira seção, será defendido que a compreensão de que o planeta Terra, como um todo, constitui a "morada humana" – visão da ecologia –, parece capaz de suscitar um princípio ético de responsabilidade que comprometa as pessoas com a sua preservação. Na conclusão, por fim, será ressaltada a importância da prevalência desse novo paradigma como balizador de todos os empreendimentos humanos.

O objetivo último da reflexão proposta é informar e sensibilizar todos os agentes sociais para sua própria responsabilidade na promoção dessa urgente transformação, seja de "cima para baixo" (mudanças sistêmicas) ou de "baixo para cima" (pedagogia social). Para a pesquisa proposta, adotou-se na fase de investigação, o método indutivo, e na fase de tratamento de dados o método cartesiano.

Através de revisão bibliográfica e conceitual da literatura pertinente, procurou-se evidenciar as correlações entre conceitos e fatos históricos, demonstrando assim a plausibilidade lógica das conclusões derivadas das análises realizadas.

1 A VIRADA SUBJETIVISTA MODERNA

Descrever o pensamento moderno de forma breve seria uma tarefa árdua e que muito dificilmente poderia ser levada a cabo sem que se cometessem grandes injustiças, tendo em vista a abrangência, profundidade e complexidade da produção intelectual desse período. Por isso, neste trabalho, será dado enfoque específico ao fenômeno que Vittorio Hösle (2019, p. 60) chama de “virada subjetivista da teoria do conhecimento”, que é um dos traços distintivos da Modernidade e que afetou decisivamente a forma como os humanos se relacionam com o mundo natural.

Primeiramente, porém, é preciso chamar atenção para uma característica da condição humana que parece colocar a espécie diante de um complexo problema ontológico: o caráter simultaneamente inclusivo e oponente de sua condição de animal racional com relação à natureza. Pensadores como Hösle (2019, p. 56), Ernesto Sábato (2019, p. 28-29) e François Ost (1995, p. 9) chamam atenção para essa questão, este último a identificando como um problema de “vínculo” e de “limite”. Em suma, ao mesmo tempo em que é um animal integrante e profundamente dependente do mundo biológico, sua capacidade racional também permite ao humano transcendê-lo em muitos sentidos.

Essa ambivalência, em grande medida, explica porque a relação humano-natureza tem se tornado cada vez mais conturbada. Ao longo da história, conforme a subjetividade humana (dimensão racional subjetiva ou consciência) foi ganhando lugar de prevalência e superioridade sobre o mundo natural, sua autocompreensão como

ser “destacado” da natureza também foi se aprofundando de maneira perigosa. Como consequência desse destacamento, o valor dado à natureza em suas considerações éticas e morais foi sendo reduzido drasticamente, quando não completamente anulado.

Ainda que, nas filosofias antigas, a razão também fosse considerada um fator distintivo entre os humanos e os demais entes naturais, essa distinção se dava na forma de um posicionamento “mais alto” dentro *scala naturæ* (“escada da natureza”). Não havia, porém, uma cisão entre o ser humano e a natureza. O universo da existência era compreendido enquanto um *cosmo*, uma totalidade regida por uma ordem à qual estão subordinados todos os seres existentes. Por isso, os pensadores que se ocupavam de refletir acerca do “mundo humano” (a política, a economia, o direito, as formas de associação, etc) desenvolviam suas teorias dentro do escopo de concepções metafísicas que abarcavam também o mundo natural – a *phýsis* (φύσις).

Tanto a natureza quanto os humanos eram considerados partes do mesmo *ser*. Não por acaso, Platão defendia que o governante de uma cidade ideal deveria ser também filósofo. A cosmovisão grega, na qual estavam assentados os sistemas filosóficos clássicos, partia do pressuposto de que há uma razão objetiva no mundo, uma lógica operante por trás de seu ordenamento, que pode ser colhida pela razão subjetiva enquanto faculdade da mente humana individual (Horkheimer, 2015, p. 13). Era preciso, primeiro, utilizar a razão para conhecer a verdade sobre o mundo. Só a partir da contemplação dessa verdade seria possível conduzir adequadamente os assuntos humanos, que deveriam tê-la como referencial *ético*.

É no pensamento moderno que a razão subjetiva abre mão de sua anterior referência à razão objetiva. Francis Bacon, precursor da ciência positivista moderna, acusa o “conhecimento contemplativo” de ser estéril, abandonando a ideia de que a verdade tenha importância “em si mesma” e afirmando que o único valor do ato de conhecer está na possibilidade deste ser convertido em algo útil. E, por utilidade, compreende-se a capacidade de dominar o objeto do conhecimento

para utilizá-lo em prol dos interesses humanos (sejam eles quais forem). Essa forma de razão, a razão instrumental, prevalecerá entre os modernos, motivo pelo qual Jürgen Habermas acusa esses pensadores de terem, com efeito, mutilado a razão (Habermas, 2000, p. 159)⁸.

É por isso, também, que o modelo experimental-matemático utilizado pelas ciências naturais, especialmente pela física, consolidado por cientistas como Galileu e Newton (que por sua vez foram influenciados pelos procedimentos operacionais, metodológicos, técnicos e mesmo epistemológicos já anteriormente propostos por Bacon) prevaleceu culturalmente como única forma de saber válido (Severino, 2006, p. 53). Afinal, aquilo que é quantificável e calculável é, também, mais facilmente manipulável e dominável. Conforme destaca Sábato (2019, p. 32, tradução nossa), “[...] como a lei matemática confere poder, e como o homem tende a confundir a verdade com o poder, todos acreditaram que os matemáticos possuíam a chave da realidade”⁹.

O pensamento baconiano se converte, assim, em um dos grandes bastiões da nova modalidade de saber que emerge na modernidade como o que Adorno e Horkheimer (1985) chamam de projeto do esclarecimento. Segundo esses autores, o esclarecimento moderno buscou desencantar o mundo, dissolvendo os mitos e substituindo a imaginação pelo saber (p. 19). O grande problema, porém, é que o esclarecimento considera como “mito” ou “imaginação” tudo aquilo que não é mensurável ou quantificável. Como já visto, em seu ímpeto de afastar as “superstições” metafísicas, os cientistas modernos reduziram toda a ciência ao modelo das ciências naturais.

⁸ “A própria razão destrói a humanidade que tornou possível – como vimos, essa tese de longo alcance é justificada no primeiro excursus pela ideia de que o processo de esclarecimento se deve, desde o começo, ao impulso da autoconservação, que mutila a razão, visto que a reclama apenas nas formas da dominação racional com respeito a fins da natureza e dos impulsos, justamente como razão instrumental.” (Habermas, 2000, p. 159)

⁹ No original: “[...] como la ley matemática confiere poder, y como el hombre tiende a confundir la verdad con el poder, todos creyeron que los matemáticos tenían la clave de la realidad.”

Assim, a natureza foi transformada sinuósides, logaritmos, letras gregas, formas geométricas, ondas de probabilidade etc. Toda a riqueza do mundo material foi reduzida aos seus atributos quantificáveis: massa, peso, área, forma, posição, velocidade. Chegou-se então à ideia de que a natureza está escrita em caracteres matemáticos e, ainda pior, que ela não é nada mais que isso (Sabato, 2019, p. 31-33). A razão assume um papel ditatorial com relação ao mundo e, assim, o poder se torna o princípio de todas as relações (Adorno & Horkheimer 1985, 23-24). Essa mudança de pensamento é claramente expressa na famosa concepção baconiana: saber é poder.

Junto com o cientificismo positivista de Bacon, a teoria posteriormente elaborada por René Descartes, que opõe a *res cogitans* (pensamento) e a *res extensa* (matéria) de modo radical, termina de romper o vínculo entre essas duas esferas, deslocando todo o valor para a primeira.

[...] reconheci que eu era uma substância cuja única essência ou natureza é pensar, e que, para existir, não necessita de nenhum lugar nem depende de coisa alguma material. De sorte que este eu, isto é, a alma pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo e até mais fácil de conhecer que ele, e, mesmo se o corpo não existisse, ela não deixaria de ser tudo o que é. (Descartes, 1996, p. 38-39).

Eis a raiz epistemológica da famosa tese mecanicista cartesiana, que se revela na comparação de tudo o que pertence ao mundo natural (inclusive o corpo físico dos seres humanos) a uma máquina (2000, p. 79). Não por acaso, a analogia favorita do século XVII é a comparação da totalidade da natureza como um grande relógio. Exceto pelo humano, que é dotado de razão subjetiva, todo o resto das entidades naturais perde definitivamente qualquer valor intrínseco. A grande consequência do pensamento cartesiano foi o “desancoramento” do sujeito com relação ao seu meio. Como visto na passagem acima, a característica fundamental da subjetividade cartesiana é sua

independência de qualquer localização, sua não-situação (*unlocatedness*), a possibilidade de uma existência sem qualquer relação com um meio.

O humano se liberta assim de qualquer raiz, de qualquer amarra exterior – especialmente das inexoráveis leis e fluxos da natureza (Grün, 2016, 70). Em teoria, essa libertação do sujeito pode até parecer triunfal. Mas, quando falamos sobre o mundo dos humanos de carne e osso, para além de qualquer abstração teórica, é inevitável a pergunta: onde essa subjetividade desancorada encontra estabilidade? Sobre qual base estruturará sua existência “real”, cotidiana? Quais valores lhe servirão de sentido? Essas perguntas podem ser dirigidas tanto para sua vida particular quanto para a sociedade. Afinal, todos os empreendimentos do mundo humano são construídos, em última instância, por humanos reais que precisam lidar dia a dia com o mundo da vida, e não por razões que flutuam em lugar nenhum.

Como destaca Antônio Meneghetti (2015, p. 170; 2018, p. 23), quanto mais evoluem nossas organizações e nossa tecnologia, mais aguda se torna a nossa responsabilização existencial, pois o indivíduo é o primeiro capilar do corpo social. A filosofia, o direito, a economia, a política, a ciência, etc., não existem por si mesmos e não têm autonomia própria. E, por isso mesmo, essas questões acima levantadas não são triviais nem pertencem meramente à esfera privada. Pensar o mundo interior e o mundo exterior dos indivíduos humanos de forma desassociada é um erro teórico de partida que inviabiliza a construção de qualquer reflexão correta no campo teórico e que desorienta nossas ações no campo prático. Na próxima sessão, serão analisadas as consequências desse erro na esfera economia e, por consequência, seu impacto para o problema da sustentabilidade.

2 A MENTALIDADE MODERNA E O PARADIGMA ECONÔMICO

Dentro do arcabouço epistemológico da modernidade, com sua guinada subjetivista e cientificista, a supervalorização da razão

subjettiva e a consequente desvalorização da natureza fez com que esta última passasse a ser considerada meramente como um reservatório de recursos a serem explorados ou um depósito de resíduos a serem “eliminados” pelos sujeitos dotados da primeira. Nas duras palavras de Ost (1995, p. 10), ela passou a ser tratada apenas como “o pátio das traseiras de nossa tecnosfera” e, certamente, não como um lar para a humanidade.

A partir da vontade e dos desejos humanos, o projeto do esclarecimento buscou construir uma supranatureza que estivesse submetida apenas aos desígnios da razão científica-operacional, em detrimento de qualquer consideração relativa à conservação da natureza em sentido biológico. É a partir da confiança absoluta nessa modalidade de razão que se promulga a “carta magna” da civilização moderna (Vaz, 2002, p. 101; Ost, 1995, p. 10). Essa supranatureza é o que também podemos chamar de “mundo humano”, em contraposição ao “mundo natural”. Assim nascem as sociedades modernas, o reino da subjetividade construído pelo humano e para o humano.

Dentro desse mundo, a existência não está mais subordinada a um Deus todo-poderoso nem às leis e forças inexoráveis da natureza ou do cosmo. O único soberano é o próprio ser humano, pela força de sua razão. Com o advento desse novo tipo de organização social, assentado no subjetivismo e impulsionado pela eficácia da ciência e da técnica na transformação do mundo, nasce também a trágica ironia com a qual a humanidade se debate atualmente: o humano se tornou o primeiro animal capaz de criar seu próprio meio e, também, o primeiro animal capaz de destruir a si mesmo ao fazer isso (Sábato, 2019, p. 29). Aliás, mais do que isso, ele se tornou o primeiro animal capaz de destruir o mundo inteiro.

Concebida para a felicidade humana, a submissão da natureza, na sobremedida de seu sucesso, que agora se estende à própria natureza do homem, conduziu ao maior desafio já posto ao ser humano pela sua própria ação. Tudo aí é novo, sem comparação com o que o precedeu, tanto no aspecto da modalidade

quanto no da magnitude: nada se equivale no passado ao que o homem é capaz de fazer no presente e se verá impulsionado a seguir fazendo, no exercício irresistível desse seu poder. (Jonas, 2002, p. 21).

Ao mesmo tempo em que transformou o mundo em “matéria quantificável”, a vitória da razão subjetiva criou um problema de ordem ética. A partir da ideia de que existe uma razão objetiva no mundo, uma lógica que rege a totalidade da existência, as grandes teorias filosóficas pré-modernas tentaram compreender o mundo como um sistema abrangente, em que todas as partes coexistiam articuladamente. A razoabilidade da vida humana seria determinada por sua harmonia com essa totalidade. Se a busca por ganhos materiais provocasse o desequilíbrio do todo, essa busca seria considerada absurda e injustificada. A régua dos pensamentos e ações individuais era a estrutura objetiva da realidade, e não apenas o interesse dos indivíduos (Horkheimer, 2015, p. 12-13).

Ao acusar de ilusórios e de inúteis os saberes que tradicionalmente se ocupavam de refletir acerca dessas questões, o cientificismo moderno não forneceu nenhum outro balizador ético para o agir humano além do *número*. Segundo Michel Henry (2012, p. 23), ao mesmo tempo em que o método científico fragmenta a unidade do saber, ele não fornece qualquer visão de conjunto sobre a existência e finalidade da vida humana. Edmund Husserl (2012, p. 3) também destaca que a ciência nada tem a dizer sobre o sentido da vida humana, questão cuja resposta deveria servir de guia para determinar a “razão ou não razão” das decisões tomadas por sua vontade livre.

O método científico não oferece aos humanos objetivos que sejam razoáveis por si mesmos, pelas virtudes inerentes que o conhecimento revelaria que eles possuem (a preservação da natureza é, provavelmente, o maior exemplo disso). A razão instrumental – à qual viriam a se dobrar todas as áreas do conhecimento, inclusive as ciências humanas –, só consegue conceber como razoável aquilo que

representa ganho ou vantagem quantificável (Horkheimer, 2015, p. 12). Inevitavelmente, as qualidades imensuráveis ligada ao *ser* são substituídas pela mensurabilidade do *ter*.

Além do autointeresse como principal valor moral, no vácuo deixado pelo abandono da razão objetiva surge também o paradigma do *progresso*. Com o poder aparentemente ilimitado que lhe confere a técnica, as pessoas passaram a buscar o *sempre-mais*. O mundo humano se torna, assim, um mundo acelerado, pois tudo fica suscetível à superlativização relativa. Cada descoberta conduz à uma nova descoberta, cada carência satisfeita faz surgir uma nova carência, pois ao sujeito moderno sempre se apresenta uma necessidade a mais: tudo o que é grande pode ser maior, tudo o que é bom pode ser melhor, tudo o que é rápido pode ser mais rápido, e assim por diante (Azevedo, 2008, p. 33; Hösle, 2019, p. 66).

Não é difícil perceber como essa mentalidade moderna se expressou também no campo da economia. Como vimos na introdução, na Antiguidade, questões econômicas pertenciam principalmente ao âmbito da vida doméstica das famílias. No âmbito político, problemas de natureza econômica ou financeira tinham lugar secundário. A aspiração dos antigos era atingir a purificação moral, alcançar um ideal transcendental que lhes aproximava do divino, e isso não se alcançava pela via do acúmulo de riqueza ou do progresso material.

Assim, a grande preocupação e motivação para a vida em sociedade era o cultivo de um ideal de ser humano. A economia era uma questão prática, de estabilidade e subsistência, não o domínio central da cultura humana. Sob a ótica antiga, o progresso era vertical, no sentido de ser obtido pela ascensão à um ideal ético. Com os modernos, ele se torna horizontal: as pessoas e as sociedades precisam fazer melhor hoje do que no passado e melhor do que hoje no futuro (Hösle, 2019; Jonas, 2002). Mas o que é “fazer melhor”, para o paradigma econômico atual?

Em seu livro “Ecocivilização”, Plauto Azevedo (2008, p. 75-76) resgata uma anedota de Edward Goldsmith para ilustrar essa questão:

a história de duas pessoas que herdaram cada qual uma área de floresta. Uma delas decide manter a área intocada ao invés de explorá-la. A outra derruba e vende as árvores; cede o direito de exploração mineral do solo e subsolo; após esgotados esses recursos, permite que uma indústria use os poços da antiga mina como depósito de dejetos; e, por fim, decide pavimentar o terreno para que seja construído sobre ele um complexo industrial e comercial.

A partir da ótica moderna, apenas o segundo “fez economia”. Apenas as ações dele são consideradas portadoras e geradoras de valor, afinal, ele enriqueceu a si mesmo e aumentou o Produto Nacional Bruto. A decisão do primeiro herdeiro, de conservar a natureza, de não a explorar predatoriamente gerando bens quantificáveis numericamente, certamente se configura como estranha e ilógica para o paradigma econômico atual.

Esse pequeno conto demonstra como os valores da esfera da economia, que se transforma em ciência econômica, caem vítimas do modernismo: a matematização e quantificação do mundo, o delírio da razão dominadora, o mito do progresso ilimitado, a eticidade que rejeita considerações de qualquer outra ordem e toma apenas o (auto) interesse como seu balizador central, bem como a eficiência da ciência e da técnica moderna na transformação do mundo (Ost, 1995, p. 98)¹⁰.

Ainda que se possa questionar as pretensões e as bases desse pensamento, sua eficiência na realização do que se propõe é inegável. E,

¹⁰ “Somos assim reconduzidos ao projecto de domínio de que se falava. Domínio que será ou político (quando a técnica é mobilizada para consolidar um sonho de poder) ou, mais geralmente, económico (quando a invenção é utilizada como instrumento de conquista de um mercado). Vimos, no epílogo do caso Moore, a potencialidade deste modelo de mercado: até os atributos da pessoa estão, a partir de agora, no comércio. Objetos da tecnociência, produtos da biotecnologia, materiais genéticos, são avaliados em dinheiro e comercializados em mercados muito promissores. O próprio homem conseguiu transformar os seus atributos em mercadorias. O «grande equivalente geral», a moeda, consoma a operação de confusão já entrevista: o humano é reduzido ao celular, o celular ao mecânico, o mecânico ao produto e o produto à mercadoria convertível em moeda.” (Ost, 1995, p. 98).

assim, essa “forma” de economia rapidamente se converte no principal motor do agir e do pensar individual e social.

Não é acaso algum que o negociar económico se torna objeto de uma própria ciência, pela primeira vez, na modernidade, pois só com o capitalismo o negociar económico obtém esta complexidade que transcende categoricamente as representações tradicionais de administração da fortuna privada. Em primeiro lugar, com o capitalismo, a economia se toma um sistema cuja lógica não é mais reconduzida à do “*oikos*”, antes a transformando radicalmente, se não até mesmo a destruindo. É precisamente a emancipação do económico em relação à coerção de normas de outros sistemas sociais como a família e o estado, justamente o debulhar de uma lógica própria da razão económica é uma das mais profundas marcas distintivas da história europeia desde a revolução industrial e ela é, como nós vimos, uma das causas da crise ecológica. (Hösle, 2019, p. 97).

Ao retirar da natureza seu valor intrínseco e transformar a relação do humano com ela apenas em uma relação de poder voltada para a obtenção de fins particulares, fins estes agora associados a valores económicos, a modernidade acabou, inadvertidamente, inviabilizando sua própria aspiração original: a criação de um mundo “verdadeiramente humano”, iluminado e subordinado apenas pela razão, no qual os seres humanos poderiam se desenvolver em sua plenitude (OST, 1995, p. 13)¹¹.

Justamente pela supervalorização dos limites que a diferenciam do mundo natural, em detrimento daquilo que a vincula a ele, o “triunfo da subjetividade moderna”, ao contrário do que se esperava, está produzindo incontáveis barbáries e culminando na degradação do próprio humano (Hösle, 2019; Ost, 1995). A *res cogitans* desancorada de

¹¹ “Em compensação por este enraizamento perdido, a modernidade sonhava com um mundo novo produzido pelo cogito soberano. «Depois de nós, o melhor dos mundos», pensar-se-ia. Mas interrogamo-nos, hoje, se este projecto de ilimitabilidade não seria tão irresponsável como a atitude dos que dizem «depois de nós, o cataclismo».” (Ost, 1995, p. 13).

Descartes existe apenas na teoria. Sem oxigênio em seus pulmões, sem um coração pulsante, não é apenas a vida do corpo que cessa – a razão também é dizimada. Essa é a realidade para a qual o mecanicismo e o subjetivismo racionalista cegaram os modernos (Milaré, 2011 p. 114)¹².

Por sua condição animal, o ser humano também é parte da natureza. Logo, evidentemente, destruir a natureza é destruir a si mesmo. Na sessão seguinte, será abordada justamente a necessidade de reestabelecer o vínculo perdido entre a subjetividade “pura” e sua morada, compreendida no sentido amplo proposto pela ecologia, para que assim seja possível desenvolver um paradigma ético capaz de balizar uma relação saudável e sustentável entre os habitantes e seu habitat.

3 A NATUREZA-MORADA: UM NOVO PARADIGMA ECONÔMICO-ECOLÓGICO

Dentro do quadro apresentado aqui, é evidente a necessidade de superação da mentalidade moderna para frear os processos destrutivos que esta acabou por colocar em marcha. É importante ressaltar, porém, que isso não significa uma cabal negação de tudo o que a modernidade produziu, muito menos a defesa do retorno a um estágio arcaico da relação humano-natureza, mas sim a construção de passo seguinte da história de nossa civilização, em que essa relação possa ser elaborada e conduzida de forma positiva, gerando um real desenvolvimento para ambos os polos.

Fazer uma síntese social evolutiva passa por assimilar acertos e corrigir erros de percurso. A própria Modernidade surgiu como um

¹² “[...] o racionalismo moderno e o desvendamento dos segredos da natureza ensinaram ao homem a posição de arrogância e de ambição desmedidas que caracterizam o mundo ocidental contemporâneo. E o desenvolvimento científico-tecnológico, submetido ao controle do capital para efeitos de produção e criação de riquezas artificiais, desembocou nessa lamentável ‘coisificação’ da natureza e dos seus encantos.” (Milaré, 2011 p. 114)

grito de liberdade de indivíduos cuja subjetividade era brutalmente oprimida pelas concepções religiosas predominantes no período anterior (Soares, 2018, p. 114)¹³. Nas palavras de Lima Vaz (2002, p. 31), a aurora da Modernidade acontece ao final da noite medieval. Essa busca pela libertação, enquanto aspiração humana, foi um avanço revolucionário que precisa ser reconhecido (Cruz & Bodnar, 2011, p. 76-77). Porém, como afirma Habermas, ao instrumentalizar a razão, os modernos cometem um erro que torna seu próprio projeto inviável (Habermas Apud Arantes & Arantes, 1992).

A gravidade do erro moderno está intimamente associada com seus acertos. Se antes nossa ação era incapaz de produzir mais do que um arranhão na ordem firmemente assentada da natureza, o Prometeu definitivamente desacorrentado da era moderna, “ao qual a ciência confere forças antes inimagináveis e a economia o impulso infatigável”, se tornou capaz de feri-la mortalmente (Jonas, 2002, p. 21; 31). Certamente não é a primeira vez que a humanidade mergulha na noite. Mas, dessa vez, os resultados extraordinários alcançados pela técnica produziram uma crise cuja superação não é garantida (Henry, 2012, p. 21).

O ser humano, porém, possui uma singularidade: ele intervém nos processos da natureza, dialoga com ela e molda-a conforme um determinado projeto. O projeto que se elaborou ao largo de milênios e que culminou em nosso tempo é a vontade de domínio do mundo e das espécies vivas. Avançamos tanto nesse afã prometéico que elaboramos algo impensável no passado:

¹³ “O indivíduo coloca a sua essência para fora de si, em um além distante e eterno, e sua vida torna-se algo inessencial. Nesta oposição ocorreu uma separação clara e inconfundível dos dois termos, de forma que a consciência seria forçada a permanecer ao lado de apenas um. O sofrimento humano na consciência infeliz surge dessa ideia de precisar negar a si mesmo para encontrar um ser transcendente e eterno, porém apenas exterioridade (*äusserlichkeit*). Nisto, acaba por colocar o Imutável, Deus, como o seu senhor, aceitando a submissão de um escravo. Um autoflagelo existencial, o homem condena a si mesmo como um ser inessencial. Tal situação é a da consciência judaica, limitada em sua finitude (*Endlichkeit*).” (Soares, 2018, p. 114)

o princípio de autodestruição. [...] Desta vez não há uma arca de Noé que salve alguns e deixe perecer os demais. Ou nos salvamos todos ou vamos todos ao encontro de uma tragédia biológica. (Boff; In: Silva, 2003, p. X).

Para evitar esse destino dramático, é preciso reconstruir o “elo perdido” entre o humano e a natureza. O projeto humano precisa estar em consonância com o projeto (Ost, 1995, p. 18-19)¹⁴ Terra (Meneghetti, 2017, p. 25)¹⁵. Mas, como dito acima, isso não precisa e nem deve acontecer através do retorno à um estado primitivo, em que as singularidades da espécie são reabsorvidas pelo todo e aquilo que é “propriamente humano” se perde em uma naturalização radical. Não há porque negar à razão seu potencial transformador, capaz de impulsionar o curso de uma dialética de desenvolvimento histórico na superfície deste globo. É necessário, porém, garantir que essa força seja usada de forma criativa e não destrutiva, ou seja, é necessária a adoção de um novo paradigma ético capaz de orientar a ação dos humanos, enquanto indivíduos ou sociedades, na direção de uma relação saudável e sustentável com seu meio.

A sugestão da adoção de um paradigma que estenda a ideia de “*oïkos*”, no sentido ecológico, também para a economia e demais empreendimentos humanos – conforme indicado na introdução –,

¹⁴ “No «espaço intermédio» entre a natureza e o artifício, trata-se de dar corpo a esse campo de transformações recíprocas do humano pelo natural e do natural pelo humano. De igual modo, é de natureza-projecto que se fala aqui: o que a natureza faz de nós, o que nós fazemos dela. Em suma, uma história e um sentido, bem como uma direcção e uma significação.” (Ost, 1995, p. 18-19)

¹⁵ “Para nós, pequenos homens que vivemos poucos segundos, a única realidade, a única responsabilidade, o único problema é aquele de resolver o *aqui e agora*, com aquela atitude objetivamente configurada como ótima seja para si, seja para o contexto, isto é, o planeta Terra, essa grande mãe que sustenta todos nós, com estações, flores, frutos, hebetudes de tantos horizontes idílicos que fazem poesia na alma. Se a nossa inteligência consegue colher o Projeto Terra – a interação espiritual com a globalização material biológica, e portanto ecológica – entra sinergicamente na ecologia do espírito.” (Meneghetti, 2017, p. 25)

pretende-se que ele tenha dupla função: restituir à natureza seu valor intrínseco e transformar o caráter da relação que nossa racionalidade estabelece com ela. Em outras palavras, a partir do entendimento de que o mundo natural também constitui a “morada” da espécie, é possível apontar uma solução para a ambivalência de nossa condição simultaneamente animal e racional, de modo que estas duas esferas possam entrar em dialética positiva, influenciando-se mutuamente em proveito de ambas.

Agora, cabe explicar porque um paradigma ético centrado na ideia de “morada” seria capaz de fazer isso. Não por acaso, uma das grafias originais da palavra que dá origem à palavra “ética”, o termo grego *éthos* (ἦθος), quando escrito com *eta* e não com *épsilon*, também pode ser traduzido como morada ou habitat. A relação que se constrói com uma casa é percebida, geralmente, como algo muito mais profundo do que a simples ocupação de um espaço. Há um caráter existencial nessa relação, uma espécie de vínculo afetivo, motivo pelo qual tantas pessoas se ocupam de construir e organizar suas casas não apenas de modo que estas sejam funcionais, mas de modo a encontrar no interior delas satisfação estética (Meneghetti, 2011, p. 249)¹⁶.

É claro que uma casa, qualquer feitiço que ela tome pode ser concebida como um aparelho para morar ou como um monumento a ser apreciado de fora. No entanto, para quem a habita e enquanto a habita, a casa não é utensílio e objeto, tal como os demais entes. A casa tem, como o próprio mundo, uma natureza pré-objetal, ela é como uma parte do mundo, mas

¹⁶ Por ‘atitude estética’, entendo o modo como exercitar o prazer. A vida, se não tem como escopo o prazer, não tem sentido. Todas as circunstâncias, as responsabilidades, as angústias, os riscos, seriam imotivados sem a tensão ao prazer. Prazer é a ressonância ou efeito de uma ordem realizada; a correspondência ou a proporção exata entre as partes, todas harmônicas para um resultado. É uma ordem perfeita que agrada, causa contemplação. É apetibilidade tranquila ao próprio escopo [...]. Ele implica vontade e capacidade técnica de viver em contínua experiência-ponta. Tudo progredir de modo perfeito seria a realização final da moral do homem, o seu destino natural.” (Meneghetti, 2011, p. 249)

exatamente aquela parte em que podemos nos sentir relativamente abrigados. Pois bem, considerar o *ethos* como uma casa, como uma instalação, é ver nele, nos códigos, valores, ideais, posturas, condutas para consigo mesmo e para com os outros algo equivalente à moradia. O habitar sereno e confiado é a condição do gozar, do fruir, ou seja da experiência do corpo como fonte de prazer – mesmo que limitado – livre dos riscos e das incertezas. Mas o habitar sereno e confiado deve ser visto também como condição do trabalhar, ou seja, do apropriar-se pelo trabalho dos elementos naturais do mundo para convertê-los também em proteção, alimento e gozo. (Figueiredo, 1995, p. 142-143).

Na passagem acima, Figueiredo está falando da ideia de *éthos*, mas é possível fazer a mesma reflexão com relação à ideia de *oîkos*. O mundo que a humanidade cria para si através do uso da racionalidade – o “mundo humano” ou a “supranatureza” já mencionados anteriormente –, é pensado como uma “casa” desde seus primórdios. Antigamente, a força da ação humana contra a natureza era irrelevante. Pelo contrário, a inexorabilidade das forças e leis naturais era uma permanente ameaça ao existir da espécie. Assim, a “cidade dos homens” é erigida também como um enclave contra a ameaça que as fundamentalmente imbatíveis forças da natureza representavam. Dentro dele, a humanidade se torna criadora de sua vida como vida humana, em distinção à vida de quaisquer outros animais.

Antes, o reino do *éthos* não se estendia para a natureza não porque esta fosse considerada inferior, mas, pelo contrário, porque ela era considerada insuperavelmente superior e inabalável. Os humanos não precisavam se preocupar com ela, pois ela cuidava de si mesma. Assim, a ética tradicional sempre se ocupou em pensar nossas ações e relações em um quadro intra-humano. É por esse motivo que nem as teorias éticas clássicas, nem as teorias modernas são capazes de oferecer princípios para orientar a vida humana no estágio civilizacional em que ela se encontra: a era do poderio técnico (Jonas, 2002, p. 21; 32-34).

Estender a noção de “morada” também para a natureza se torna uma necessidade premente para reestabelecer o equilíbrio deste planeta. Isso passa, primeiramente, pela compreensão que a vida humana está profundamente interligada com a vida da Terra. Em outro artigo, intitulado justamente “A superação da distinção ontológica entre o homem e a natureza como desafio ético no enfrentamento da crise ecológica global” (2021), o impacto da possível extinção das abelhas para a humanidade foi usado como exemplo para ilustrar essa íntima ligação. Perceber que o destino de um ser tão pequeno, um “mero inseto” aos olhos humanos, possa colocar em risco a poderosa humanidade faz cair por terra qualquer pretensão de superioridade da *res cogitans* cartesiana.

A *oîkos-logiké* ensina justamente isso: que os humanos são absolutamente dependentes de seu meio. E, no campo das ciências, ela não está sozinha. Como afirma Fritjof Capra (1996, p. 40), a física quântica também já demonstrou que o mundo não pode ser decomposto em unidades cujas existências se sustentem independentemente. Quando se observam os átomos e as partículas subatômicas, “a natureza não nos mostra blocos de construção isolados, mas, em vez disso, aparece como uma complexa teia de relações entre as várias partes de um todo unificado”. Meneghetti (2011, p. 291), também destaca que os humanos são nutridos por este planeta de tal forma que até mesmo a cor de seus olhos se define pela reação química dos fótons da atmosfera.

A condição humana é tal justamente por derivar do húmus, do sangue orvalhado do imenso ventre que é a Terra: compreender verdadeiramente que ela é a “estação vital” da espécie mudaria completamente a forma como esta se relaciona com ela. Naturalmente, uma *oîkos-nomía* que se pretenda eficiente precisa ser capaz de reconhecer essa realidade para, assim, estabelecer princípios e estimular ações que garantam seu bem estar.

Existe um adágio popular que talvez seja bastante apropriado para ilustrar o absurdo da situação em que a humanidade se encontra atualmente: *caixões não possuem gavetas*. Apesar de ser comumente

utilizado em um contexto diverso – para condenar a ganância pessoal desmedida –, essa expressão também pode provocar outra reflexão: o que restará a ser administrado se a humanidade estiver morta? Em última instância, as grandes conquistas materiais da humanidade não terão qualquer valor ou significado se o preço de sua aquisição for a extinção da espécie.

Diz-se frequentemente que a economia é o motor que impulsiona a locomotiva do progresso. Hoje, a sede pelo progresso material está atropelando aquilo que sustenta a vida. Esse é o paradoxo de uma economia desvinculada da ecologia: lentamente, a economia está inviabilizando a própria economia.

Perceber essa contradição resgata imediatamente o valor da natureza como garantidora da subsistência biológica da espécie humana. Nesse sentido, ela aparece como uma morada no sentido de *abrigo* ou de espaço de proteção da vida. É preciso preservar as condições desta casa, pois só assim será possível seguir vivendo nela. Afinal, pelo menos por enquanto, ainda não existe a possibilidade de deslocamento para qualquer outro lugar (e, mesmo que essa possibilidade venha a se tornar real, visto que há muitas pesquisas sendo feitas nesse sentido, quais seriam as condições dessa vida “extraterrestre” certamente ainda permanecerá como uma grande incógnita por muito tempo).

Porém, há outro valor que se resgata quando se percebe o quão interconectados estamos com o planeta: a possibilidade da plena fruição da vida, que não é puramente racional. Enquanto seres vivos, muitos dos prazeres humanos advêm justamente de sua condição de corporeidade, de organismo através do qual a vida pulsa em sua dimensão orgânica. É isso que Meneghetti chama de *ecobiologia holística* (Meneghetti, 2017, p. 26)¹⁷. Além da iminente destruição do equilíbrio ecológico, outra

¹⁷ “*Ecobiologia holística* significa saber viver com qualidade superior a própria vida com o ecossistema naturístico. Já possuímos meios e competências para compreender a Terra que nos hospeda e convive na totalidade conosco, como segunda pele e constante útero de sobrevivência. Devemos compreender o céu, no seu ciclo vital entre natureza

grande tragédia decorrente do pensamento moderno e, principalmente, do desenvolvimento tecnológico, foi o modo como a humanidade se desconectou da natureza enquanto fonte de prazer organísmico.

Grande parte dos humanos já não conseguem (pois não sabem como, nunca foram ensinados ou estimulados a isso) ou não podem (pois não tem acesso aos espaços propícios) gozar da satisfação biológica proveniente do contato com o mundo natural. Além de uma perda individual para todos aqueles que acabam privados dessa experiência, tal desconexão tem impacto na desvalorização da natureza, pois se perde também um motivo para que estes se preocupem com sua preservação. É justamente isso que Hösle (2019, p. 94) indica ao afirmar – ousadamente, diga-se de passagem –, que “[...] ensinar aos seres humanos a sentir novamente a beleza da natureza é, em termos de motivação psicológica, mais importante que mostrar a eles o mal moral da destruição do meio ambiente”.

Não é só pela heurística do medo (Jonas, 2012) que os humanos podem ser chamados à sua responsabilidade com a preservação do meio ambiente, mas também pela *heurística do prazer*. Redescobrir a alegria de viver sua dimensão natural talvez seja uma motivação muito mais eficiente para que estes busquem a manutenção da saúde da Terra. Assim, mais uma vez o planeta se revelará, em sua totalidade, como uma “morada”. Afinal, como já visto, uma casa não é apenas o abrigo dos corpos no sentido de proteção e sobrevivência, mas também é o lugar onde sente-se imenso prazer de estar, é o espaço em que a existência se desenvolve, onde a individualidade encontra seu conforto e onde se pode, efetivamente, ser quem se é.

e homem, e saber conjugar as nossas necessidades de alimento, casa e roupas na ordem contínua e aberta da reciclicidade sempre reversível e interativa. Ter alimentos limpos na estação apropriada, conservar a própria horta sazonal, onde operar e colaborar com a Mãe Terra, que produz plantas, alimento e delícias de saúde e de cura; saber ter uma relação organísmica entre corpo, alimentos e natureza; tratar e viver a terra como próprio corpo ampliado e encontro espiritual; identificar o manitu, o prana, o Em Si vivo do espírito do lugar.” (Meneghetti, 2017, p. 26)

Por fim, parece inevitável que, se as duas mudanças de perspectiva descritas até aqui forem efetivamente promovidas – a saber, enraizar na consciência humana o valor da saúde da natureza enquanto condição para sua sobrevivência e enquanto fonte de prazer existencial –, parece inevitável que a relação entre a razão e o mundo natural também mude de caráter. Não é lógico “dominar” uma casa no sentido de explorá-la predatoriamente. É igualmente ilógico ameaçar sua saúde para obter ganhos imediatos. Se a casa é destruída, seu habitante também é destruído. Pelo contrário, se ela é melhorada, o habitante também é melhorado.

Assim, compreender a natureza como parte fundamental da morada humana não necessariamente anula a validade, mas certamente muda o tom da máxima baconiana de que “saber é poder”. Como já dito anteriormente, não é necessário abrir mão da incrível capacidade de compreensão e transformação do mundo que o ser humano possui graças à sua racionalidade. Mas, em vez de usar esse poder para subjugar a natureza aos seus interesses, ele deve usá-lo para fazer uma mediação competente entre seus “microcosmos” cotidianos e o macrocosmo vivente. Pensar o planeta como *oîkos* substitui a lógica do poder pela lógica da custódia:

Justamente porque o humano se encontra aqui, deve entrar em uma visão de vivacidade global, em um espírito *new global*, uma nova colonização de que todos somos hóspedes, sem que haja um líder ou um sujeito prioritário. Cada homem que nasce e vive neste planeta deve ter a responsabilidade de custodiá-lo e evolui-lo, no âmbito da sua casa, da sua horta, das suas roupas, do encontro com qualquer pessoa. Conseguindo compreender essa visão, surge imediatamente um encontro afável e cordial para qualquer um, seja humano, planta, alma vivente. É um encontro inteligente no qual existem hierarquias, não de poder ou de predominância, mas de *prioridade de serviço*. Na verdade, a ter a liderança do planeta devem ser aqueles que melhor sabem servi-lo e mantê-lo, desenvolvendo a sua vitalidade. (Meneghetti, 2017, p. 24).

Quando se constrói uma casa, segue-se trabalhando para conservar sua saúde, melhorá-la, ampliá-la, etc. A casa se torna um projeto existencial cujo valor faz referência aos seus habitantes, mas que também possui uma lógica própria que precisa ser conhecida e respeitada por si mesma. Por exemplo, ainda que os moradores preferissem – por gosto pessoal –, não construir ou mesmo derrubar uma parede, se aquela for uma estrutura de sustentação, ela não pode ser removida do projeto arquitetônico sem prejuízo para a casa. Compreender o *oîkos* (ecologia) é essencial para administrar o *oîkos* (economia). Isso é verdade tanto para o lar de uma família quanto para o lar da humanidade: o planeta Terra.

CONCLUSÃO

Até aqui, buscou-se refletir acerca das raízes mais profundas da atual crise ecológica e, a partir disso, delinear os contornos de um paradigma ético capaz de reorientar o *modus operandi* da humanidade neste mundo, freando o processo suicida desencadeado a partir da Modernidade. Evidentemente, essa é uma tarefa difícilíssima e com a qual o mundo humano está se debatendo, sem grande sucesso, há mais de cinquenta anos. Entretanto, isso não deve servir como um fator de dissuasão. Em um quadro tão derradeiro quanto o presente, desistir pode realmente significar o fim da espécie humana (e de tantas outras).

Por isso, todos aqueles que possuem algum tipo de influência – seja intelectual, política, econômica, social, religiosa etc. –, devem tomar consciência da necessidade urgente de promover essa mudança, seja de “cima para baixo” (sistêmica) ou de “baixo para cima” (individual). Operadores da política, do direito, da economia ou de outras instituições podem, por exemplo, incorporar esses valores na própria estrutura das instituições sociais, atribuindo recompensas àqueles que agem de modo benéfico ao ambiente e punições aos que o prejudicam. Por outro lado, estes e outros agentes podem e devem investir em uma pedagogia social capaz de levar esses valores às pessoas, que também

têm poder de pressionar o “andar de cima” a partir de uma mudança de suas próprias atitudes (especialmente de atitude de consumo).

Não há como saber se as sociedades conseguirão efetuar essa mudança de mentalidade ou se isso acontecerá a tempo, afinal, a distância de frenagem dessa locomotiva que avança em direção ao abismo é particularmente longa (Hösle, 2019, p. 20; 72). A tarefa que cabe a todos, porém, é seguir tentando. A reflexão sobre a ecologia se torna, no século XXI, um dever moral para os pensadores de todas as áreas, tanto no âmbito de seu próprio campo quando de forma interdisciplinar, pois o momento é de tudo ou nada: ou os projetos humanos se viabilizam em harmonia com o projeto Terra, ou será necessário encarar o final da odisséia terrestre sem uma astronave e sem qualquer outro lugar que possa servir de lar para a humanidade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Teodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad.: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Ecocivilização**: ambiente e direito no limiar da vida. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

BOFF, Leonardo. Prefácio. In.: SILVA, Olmiro Ferreira da. **Direito ambiental e ecologia**: aspectos filosóficos contemporâneos. Barueri: Manole, 2003, p. IX-XII.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. **O novo paradigma do direito na pós-modernidade**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), São Leopoldo, v. 3, n. 1, p. 75-83, jan/jun 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/777>. Acesso em: 02 ago. 2023.

DESCARTES, René. Discurso do método. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. **Foucault e Heidegger: a ética e as formas históricas do habitar**

(e do não habitar). *Tempo Social*, São Paulo, v. 7, n. 1/2, p. 136-149, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85214>. Acesso em: 30 jul. 2023.

GRÜN, Mauro. Decartes, Historicidade e Educação Ambiental. In: CARVALHO, Isabel Cristina Moura de (Org.). **Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006, p. 63-77.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Trad.: Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

HABERMAS, Jürgen. Modernidade – um projeto inacabado. In.: ARANTES, Beatriz Fiori Arantes; ARANTES, Paulo Eduardo. **Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 99-123.

HENRY, Michel. **A barbárie**. São Paulo: Realizações Editora, 2012.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Trad.: Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HÖSLE, Vittorio. **Filosofia da crise ecológica: conferências moscovitas**. Trad.: Gabriel Assumpção. São Paulo: Liber Ars, 2019.

HUSSERL, Edmund. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica**. Trad.: Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

JONAS, Hans. **O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.

KOLBERT, Elizabeth. **A sexta extinção: uma história não natural**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LEÃO, Delfim Ferreira. Introdução. In: ARISTÓTELES. **Os económicos**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

LIDDEL, Henry George; SCOTT, Robert. **A Greek-English lexicon**. 9.ed (com uma suplementação). Nova Iorque: Oxford University Press, 1996.

MALHADAS, Daisy; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura. **Dicionário grego-português (DGP): vol3**. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

- MENEGHETTI, Antonio. **Antonio Meneghetti Sobre... Projeto Terra**. Recanto do Maestro: Fundação Antônio Meneghetti, 2017.
- MENEGHETTI, Antonio. **Filosofia Ontopsicológica**. 5. ed. Recanto do Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2015.
- MENEGHETTI, Antonio. **O critério ético do humano**. 2. ed. Recanto Maestro, São João do Polêsine: Ontopsicológica Editora Universitária, 2018.
- MENEGHETTI, Antonio. **O projeto homem**. 3. ed. Trad. e rev.: Claudia Montenegro e Gabriela Rockenbach. **Recanto do Maestro**: Ontopsicológica Editora Universitária, 2011.
- MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência e glossário. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- OST, François. **A natureza à margem da lei**: a ecologia à prova do direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- SÁBATO, Ernesto. **Hombres y engranajes**. Epublibre: 2019. *E-book*.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Bacon**: a ciência como conhecimento e domínio da natureza. In: CARVALHO, Isabel Cristina Moura de (Org.). **Pensar o Ambiente**: bases filosóficas para a Educação Ambiental. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.
- SOARES, Josemar. **Consciência de Si, Direito e Sociedade**. São Paulo: Intelecto, 2018.
- SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de. SOARES, Josemar Sidnei. A superação da distinção ontológica entre o homem e a natureza como desafio ético no enfrentamento da crise ecológica global. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**. v. 7, n. 2, p. 22–42, jul/dez. 2021. 22. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/8243/pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de. ALVES, Danilo Scramin. FERRER, Gabriel Real. Buscando a Sustentabilidade Processual: considerações a partir da perspectiva do Direito Processual Brasileiro. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.19 n.45 p.11–36 Setembro/Dezembro de 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18623/rvd.v19i45.2385>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de filosofia VII**: raízes da modernidade. São Paulo: Loyola, 2002.

MARIA CLAUDIA DA SILVA ANTUNES DE SOUZA

Doutora e Mestre em Derecho Ambiental y de La Sostenibilidad pela Universidade de Alicante – Espanha, Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, nos cursos de Doutorado e Mestrado – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Advogada.

Endereço profissional: Rua Basilio Pedro Da Silva, 125 – Camboriú – SC, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8118-1071>

E-MAIL: mclaudia@univali.br

JOSEMAR SIDINEI SOARES

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor no programa de pós-graduação stricto sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI. Itajaí – SC, Brasil.

Endereço profissional: Rua Uruguai, 458 – Itajaí- SC, Brasil.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6412-4094>

E-MAIL: jsoares@univali.br

ANDRES GIMENEZ MOLINA

Doutor em Derecho Ambiental y de La Sostenibilidad pela Universidade de Alicante – Espanha. Graduado em Direito pela Universidade de Alicante. Professor titular na Universidade de Alicante. Diretor do Máster Universitario em Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad, da Universidade de Alicante.

Endereço profissional: Carr. de San Vicente del Raspeig, s/n, 03690
San Vicente del Raspeig, Alicante, Espanha.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0088-4374>

E-MAIL: andres.molina@ua.es

Recebido em: 23/05/2024

Aceito em: 04/09/2024



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Autores e autoras cedem à Revista Sequência direitos exclusivos de primeira publicação, ficando o trabalho licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 International License. A licença autoriza que terceiros remixem, adaptem e ou criem a partir do trabalho publicado, indicando o crédito ao trabalho original e sua publicação inicial. Os autores têm permissão para assumir contratos adicionais em separado, com distribuição não exclusiva da versão publicada na Revista Sequência, indicando, de todo modo, a autoria e publicação inicial neste periódico.